

**“EIS AQUI ESTE ESCRIPTO”: O COMPÊNDIO “LIÇÕES DE PHILOSOPHIA
ELEMENTAR RACIONAL E MORAL” DE JOSÉ SORIANO DE SOUZA (1871)**
**"EIS AQUI ESTE ESCRIPTO": THE COMPENDIUM “LIÇÕES DE PHILOSOPHIA
ELEMENTAR RACIONAL E MORAL” BY JOSÉ SORIANO DE SOUZA (1871)**

Anderson Santos¹

Cristiano Ferronato²

Bárbara da Silva Santos³

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar algumas considerações sobre a obra “Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral” de José Soriano de Souza, publicada em 1871 na cidade do Recife. Para a História da Educação, cujo presente trabalho está inserido, os compêndios escolares de ensino se constituem como objetos importantes para pesquisa nesta área. Esses materiais contribuíram para a organização do ensino e para divisão dos conteúdos nas áreas do conhecimento propostas pelas disciplinas. Estudá-los significa, nesses termos, observar suas características destacando, sobretudo, o pensamento do seu autor e o contexto em que a obra foi escrita.

Palavras-chave: História da Educação; Compêndios escolares; Ensino secundário.

Abstract: The purpose of this article is to present some considerations about “Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral” by José Soriano de Souza, published in 1871 in the city of Recife. To History of Education, which present work it is inserted, teaching school compendia constitute great objects for research in this area. Such materials contributed to the organization of teaching and for division of the contents in the areas of knowledge proposed by the disciplines. Study them means, in those terms, observe its characteristics highlighting, above all, thought of their author and the context in which the work was written.

Keywords: History of Education; School Compendia; Secondary Education.

Introdução

O objetivo desse estudo parte da perspectiva de análise da natureza, significado para o saber e, ainda, da materialidade do compêndio *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral*, de José Soriano de Souza (1833-1895). Ademais, podemos destacar que da sua produção

¹ Mestre em Educação pela Universidade Tiradentes – UNIT, possui licenciatura em História pela Universidade Tiradentes – UNIT. Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste – GHENO/GT-SE. E-mail: andersonii@hotmail.com.

² Mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes – UNIT, possui licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe – UFS. Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste – GHENO/GT-SE. E-mail: ss.barbarasilva@gmail.com.

³ Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB, professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes - UNIT. Coordenador do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste – GHENO/GT-SE. E-mail: cristiano_jesus@unit.br.

a circulação e utilização em sala de aula, existe o envolvimento de uma série de agentes que contribuíram diretamente no processo de difusão e, sobretudo, acesso.

Seu autor está inserido no movimento que ocorreu na segunda metade do século XIX dos chamados professores-autores dos manuais utilizados em suas aulas. Ele destinou a maior parte da sua vida às atividades intelectuais e públicas. Formou-se em Medicina (1860), pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro⁴, e em Filosofia pela Universidade de Louvain⁵ (1866), na Bélgica. Foi lente catedrático⁶ da Faculdade de Direito do Recife e ocupou a Cadeira de Filosofia do *Gymnásio Provincial Pernambucano*. Teve ainda uma grande atuação em jornais católicos do Recife, sendo redator e jornalista em alguns periódicos na segunda metade dos Oitocentos, a saber: o *Cathólico*, (1872), *A Esperança* (1864) e *A União* (1873). Em sua vida política, exerceu o cargo de deputado na Assembleia Provincial (1886 a 1889).

Dentre suas mais significativas obras que interessam ao campo filosófico, podemos apontar: *Compêndio de Filosofia, Ordenado Segundo os Princípios e Métodos de São Tomás de Aquino* (1867), *Princípios Sociais e Políticos de Santo Agostinho* (Recife - 1866), *Princípios Sociais e Políticos de São Tomás de Aquino* (1866), *Elementos de Filosofia do Direito* (1880), *Considerações sobre a Igreja e o Estado, sob o ponto de vista Jurídico, Filosófico e Religioso* (1874), *Princípios Gerais de Direito Público e Constitucional* (1893), todas publicadas em Recife.

Estudos no período abrangido por este trabalho, ou seja, a segunda metade dos Oitocentos, como os de Schueler (2008), têm destacado que os professores começaram a não perceber mais os livros, ou manuais didáticos, como apenas ferramentas de auxílio em sala de aula. Desta forma, deram início à sua produção, passando a serem “sujeitos ativos” no processo de análise, avaliação e mesmo de elaboração de tais objetos pedagógicos. Os livros utilizados em aula começaram a contar com as assinaturas dos professores como seus autores, sejam no ramo primário ou secundário, com uma clara preponderância do gênero masculino.

⁴ Fundada em 5 de novembro de 1808 pelo príncipe regente D. João, por Carta Régia, a **Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, teve inicialmente o nome de Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia, e funcionava Hospital Militar do Morro do Castelo.

⁵ A **Universidade Católica de Louvain**, era a mais antiga, a maior e a mais proeminente universidade da Bélgica. Fundada em 1425, a universidade desmembrou-se em outras duas no ano de 1968: a Katholieke Universiteit Leuven, de fala holandesa, e a Université Catholique de Louvain, de fala francesa.

⁶ A expressão *Lente* muito utilizado no sistema educacional do século XIX é sinônimo de *Professor*. Para a expressão *Lente Catedrática* devemos entendê-la como professor de uma disciplina/curso específico. Os *Lentes Catedráticos* tinham tempo de serviço preestabelecido e, após o término de suas atividade era nomeado um *Lente Substituto* para o curso/disciplina.

Nesse período ocorreram significativas transformações no Brasil, quando o Estado e as instituições educativas passavam pelo seu processo de constituição juntamente com novas representações sobre a nação e a educação brasileiras.

Segundo Schueler,

Tais transformações repercutiram, por exemplo, na ampliação das demandas do ensino primário e secundário, repercutindo também no mundo editorial, com investimentos em produções de livros escolares. Os livros foram entendidos e eleitos como instrumentos que poderiam contribuir para viabilização das propostas existentes, tenham sido elas quais fossem, já que em circulação divulgaria um saber bem determinado. Cabe ressaltar que para que pudessem ser utilizadas nas escolas primeiramente, as obras deveriam ser previamente aprovadas pelo Governo Imperial. (2008, p. 54).

Assim, entendemos que os professores passaram a atuar intelectualmente refletindo, como afirma a autora, sobre os modelos educacionais em circulação [...] “na segunda metade do século XIX” (p. 570).

“Por esse modo vem a philosophia”: e suas lições

O compêndio de filosofia que nos propomos a analisar nesse trabalho foi publicado pela Livraria Acadêmica de João Walfredo de Medeiros, localizada na cidade do Recife, em 1871. O mesmo contém 560 páginas e está dividido em cinco partes, intituladas: Lógica na primeira parte; *Metaphysica* Geral ou Ontologia, na segunda; *Psychologia*, na terceira; *Theologia* Natural, na quarta e *Ethica* ou Direito Natural, na quinta e última parte, além da lição preambular.

Na primeira parte da obra consta um estudo sobre duas correntes filosóficas: a cristã e a racional, ou seja, a representação de um embate entre as questões filosóficas norteadas pela fé diante das reflexões conduzidas pela razão. A partir dessa constatação, pode-se afirmar que o objetivo maior era defender a relevância e utilização da filosofia cristã em relação à filosofia pautada na razão.

Naturalismo e sobrenaturalismo, razão independente fé humilde, taes são portanto os termos da magna questão debatida na sociedade moderna desde que ao grito da independência religiosa do século XVI; seguio-se o da independência philosophica escrevendo logo o patriarcha da moderna philosophia na primeira pagina do seu codigo a razão humana ê por natureza independente. Desde então um espírito maligno e inimigo das crenças da humanidade parece querer destruir todas as cousas estabelecidas, assim na ordem politica, como na moral e intelectual. (SOUZA, 1871, p. 5).

O quadro do conhecimento que busca apresentar neste ponto é da ciência que trata das noções gerais do ente ligado à ontologia e as normas que conduzem a mente humana. “Tal conhecimento, depende da lógica tida como psicologia primordial na ciência filosófica, pois regula os hábitos humanos para conhecer a si e ao criador, daí resultando a Moral” (MARTINS, 2009, p. 4).

“*Metaphysica* Geral ou Ontologia”, elucidada na segunda parte, trata do conhecimento metafísico. Para este fim, José Soriano divide a metafísica em três segmentos: Ontologia, Psicologia e Teologia natural.

A divisão da metaphysica sahe da natureza de seu objecto, o qual, como já vimos, é o ente incorporeo por sua propria natureza ou por precisão do espirito, isto é, são aquelles entes que não só não existem nunca unidos á materia, como Deos e os anjos, mas tambem os que podem estar na materia como a alma humana e o ente commum. Por consequencia toda a metaphysica se divide em duas partes, uma que trata do ente commum, chama-se Ontologia ou a sciencia do ente, e outra que se occupa de Deos e das mais substancias espirituaes aqua chama-se Pneumatologia ou a sciencia dos espíritos. Esta se subdivide ordinariamente em Psycholoyia, que trata d'alma racional e Theologianatural, que trata de Deos, quanto é perceptível ás luzes da razão natural. Deixando pois de parte os anjos, temos que a metaphysica se divide em Ontologia, Psychologia, e Theologia natural. (SOUZA, 1871, p. 122).

A essência da alma humana, suas qualidades e a relação com o corpo são os conceitos que direcionam a discussão contida na terceira parte, dedicada pelo autor à Psicologia. É importante ressaltar que este é o capítulo de maior extensão da obra. Nesta parte, segundo Martins, o ser humano é definido como “ser dotado de potência e capacidade superior aos demais” (2009, p. 6). Para melhor explicar o ser humano e seus diversos vínculos com a realidade, José Soriano utilizou o pensamento tomista escolástico como o mais adequado referencial teórico-metodológico. Também é discutido, neste item, o conceito de liberdade e imortalidade da alma como demonstrativo do conhecimento de São Tomás de Aquino.

Mas ha duas especies de espirito, o increado, que é Deos, e o creado que são os anjos, e a alma racional. [...] Para especificar o tratado do espirito humano é que commumente empregão em sentido estricto a palavra psychologia; a qual portanto se differença da pneumatologia como a especie do genero, o particular do universal. [...] Mais adequado, digo eu, porque é impossível conhecer bem a alma racional em suas operações, faculdades e propriedades sem attender a intima união em que naturalmente está com o corpo, e a consequente influencia reciproca que a alma exerce sobre o corpo e o corpo sobre a alma. (SOUZA, 1871, p. 190-191).

Ancorado nas afirmações escolásticas é refletido, na quarta e quinta parte da obra, o estudo da existência de Deus sob a lente do conhecimento medieval (escolástica). “Deos é incompreensível ao espírito limitado do homem; esta é a verdadeira causa de não podermos dizer perfeitamente o que é Deus” (SOUZA 1871, p. 357).

Em “*Ehtica* ou Direito Natural”, são discutidas as ações humanas na perspectiva individual e social. Diante disso, José Soriano destaca que “não póde nesta vida haver nada tão excelente e util, como saber o homem dirigir suas acções rectamente aos seus ávidos fins; só assim póde elle chegar ao seu destino”, neste caso a felicidade.

Assim, elaborado a partir de estudos tomasianos, o compêndio de José Soriano demonstra os aspectos da fé e do tradicionalismo do autor que, ao longo dos capítulos da sua obra, defende o pensamento escolástico tomista e sua utilização nas lições do curso filosófico o qual estava encarregado de lecionar. Ele fez uso do tomismo como “uma teoria de compreensão da realidade e também como uma teoria geral do Estado Monárquico em vigor, elucidando as características do padroado adotado por D. Pedro II” (MARTINS, 2009, p. 9).

Para as lições de filosofia: os usos do compêndio de ensino

Com as já consolidadas Faculdades de Direito e Medicina nas cidades de São Paulo, Recife e Rio de Janeiro, o ensino secundário, além da Filosofia, se estabeleceu como o curso preparatório para o ingresso dos alunos no ensino superior. Nesta perspectiva, o curso elementar filosófico, com seu conjunto de disciplinas ou divisão em três grandes partes – Racional, Moral e Natural – contemplaria perfeitamente os estabelecimentos das outras faculdades. Desta maneira, neles se podiam instruir mais plenamente os que tiveram ouvido as Lições ordinárias de Filosofia, conforme Universidade de Coimbra (1772).

Na página 229 da terceira parte do livro III dos Estatutos encontram-se os princípios que deveria conter as três grandes partes em que a divide.

1. Na Filosofia Racional se entenderá compreendida a Logica, que dirige as operações do entendimento; e a Ontologia, que prepara os primeiros princípios ideais de todas as ciências. A esta se ajuntará a Pneumatologia, na qual se compreende a ciência dos espíritos, e se divide em Teologia Natural, e Psicologia; formando-se do concurso delas a Metafísica, que trata dos primeiros princípios, e da natureza espiritual.
2. Na Moral se compreenderá tudo o que pertence à Ética: Deixando-se o Direito Natural para a Cadeira privativa dele, que tenho estabelecido, e incorporado no Curso de Jurisprudência.
3. Na Natural finalmente se compreenderão todos os ramos das ciências, que tem por objeto a contemplação da natureza: excetuando somente o que pertence em particular aos cursos Médico, e Matemático; o primeiro dos quais

se limita a Física do Corpo Humano; e o segundo a Filosofia da Quantidade, em quanto suscetível de numero e de medida. (UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772, p. 229).

O ensino secundário, ao atuar como agente preparatório dos alunos para o ensino superior, presenciava o privilégio das escolas superiores no que diz respeito à delimitação das matérias em que os alunos deveriam concentrar suas ações de estudo para o posterior ingresso no ensino superior. Assim como nos demonstrou Haidar (1972), o monopólio sob o qual gozava o ensino superior perante o ensino secundário era por muito tempo mantido pelas províncias. Desta maneira, de acordo o autor, o ensino secundário ficava restrito a reproduzir um conjunto de disciplinas prescritas pelos centros de estudos superiores, visando os exames para ingresso de novos alunos. Desse conjunto de instituições, Carvalho (2007) destaca que o Colégio Pedro II, destinado especialmente aos filhos de famílias ricas, além de preparar os jovens alunos para o ensino superior, formava bacharéis em Letras.

Mediante esse novo estatuto, fora instituído, tanto para o ensino superior quanto para o ensino secundário, o tempo ou o calendário do curso, os conteúdos a serem apresentados nas disciplinas, além do espaço em que deveriam ocorrer as lições. Diante de tais regras, deveriam as instituições de ensino secundário e superior agir conforme o estatuto e os lentes, tal como José Soriano, a possibilitarem aos alunos, com auxílio do compêndio, ordenar seus atos da razão para um único fim: raciocinar com retidão.

Tal característica está presente no manual de ensino *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral*. O que não poderia fugir à regra, já que este foi escrito seguindo as recomendações dos referidos estatutos.

Os professores autores dos próprios compêndios eram vistos pelo seu papel de escritor de obras personalizadas e representativas que tornaram-se marcantes na formação de determinadas gerações de alunos. Isto porque, no campo da história dos manuais escolares o foco é analisar os conteúdos da obra, seus valores e sua principal característica, que é atuar como veículo de ideologia e, sobretudo, seu método de ensino.

Ademais, destaca Bittencourt (2004) que,

[...] nos livros didáticos existem outras informações além do seu conteúdo didático, que se encontram nos prefácios, prólogos, advertências, introduções. Nestes, é possível entrever mensagens dos autores e os possíveis diálogos com os professores, com as autoridades e com os alunos e suas famílias (p. 479).

Percebemos esta peculiaridade no prefácio do compêndio, onde seu autor discorre sobre algumas características do curso a lecionar e da própria filosofia, “Que é como o telescópio da intelligencia, pois allonga o seu horizonte, e faz-lhe descobrir novos astros no céu do pensamento e da verdade” (SOUZA, 1871, p. 6).

Com isso, temos a formação de um triângulo: professor, alunos e manual de ensino. Mais especificamente, José Soriano de Souza, alunado do Ginásio Pernambucano – do curso elementar de filosofia – e o compêndio *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral*. Este último, por sua vez, apresentava uma particularidade: o professor como figura central. No entanto, existia o aluno e ele é parte fundamental desta relação e cabia ao manual, conforme Bittencourt (2004) não provocar a separação de ambos.

Foi então que na segunda metade do século XIX tornou-se mais claro que o manual de ensino não era

[...] de uso exclusivo do professor, que transcrevia ou ditava partes do livro nas aulas, mas que ele precisava ir diretamente para as mãos dos alunos. O aluno era (e ainda é) um público compulsório, mas assumi-lo como consumidor direto do livro significava, para autores e editores, atender a novas exigências, transformando e aperfeiçoando a linguagem do livro. (BITTENCOURT, 2004, p. 483).

Diante da reflexão da autora citada, tomada aqui como um referencial metodológico, voltamos a olhar para o manual de filosofia de José Soriano. Ele demonstra, em sua obra, que se fosse seguida uma forma mais usual para a exposição das doutrinas contidas no compêndio, lhe renderiam maiores bens, uma vez que a leitura seria facilitada e alcançaria um número maior de leitores.

Sem embargo, agora também pensamos dever sacrificar um pouco ao idolo do uso, redigindo estas Lições em estylo commum. Pessoas entendidas e experientes nos tendo dito já por escripto, e já de viva voz, que não sacrificassem o fundo de forma, e que se as doutrinas de nosso Compendio fossem expostas na fôrma usual produzirião maiores bens, porque facilitarião sua leitura a maior numero de pessoas, e finalmente que se houvessemos de publicar outro livro experimentassemos, assentamos tomar o conselho. Eis aqui porque este escripto vai a modo de lições, nas quaes todavia não foi esquecido o raciocínio. (SOUZA, 1871, p. 17).

Isso significava ou reforçava a necessidade de inserir uma religião nas reflexões dos jovens alunos ou, simplesmente, outros leitores. Não queria José Soriano contrariar a filosofia

de sua época ou retrogradar o espírito humano, mas fazia questão de mencionar em suas lições a *Summa de Theologia*, pois acreditava que as mesmas ainda podiam dar frutos salutares.

Redigido seu compêndio conforme o espírito do pensamento do Doutor Angélico e convencido dessa verdade, José Soriano expressa, nas páginas da sua obra, que para as lições de “Lógica”, “Metafísica Geral ou Ontologia”, “Psicologia”, “Teologia Natural” e “Ética ou Direito Natural”, atentou mais para o valor do fim do que para a deficiência, sendo que o fim é o próprio Deus e a deficiência, o homem. Ele preocupou-se em vulgarizar as disciplinas, ou o curso em geral, para, assim, possibilitar um entendimento de maior equivalência ao estado em que se encontrava o leitor. Segundo o próprio autor, o julgamento que fez de suas lições de filosofia, depositadas no compêndio, era que estas estariam adequadas ao magistério de sua época.

Diante do posicionamento do autor do compêndio aqui analisado relacionado com as finalidades da disciplina para com os alunos, afirma Chervel que os “[...] mestres faz os alunos adquirir-las apenas depois de as terem decomposto metodicamente em pequenos pedaços que eles assimilam um após o outro” (1990, p. 192). Isso significa a alternância ou renovação dos métodos, onde através da exposição, dos comentários e da interrogação, surge nas escolas um ensino mais qualificado.

Segundo Chervel (1990), a história das disciplinas escolares não é obrigada a cobrir uma totalidade dos ensinamentos, contudo, seus conteúdos são evidentemente o componente central, ou seja, o pivô ao redor da qual ela se constitui. Todavia, seu papel é muito mais amplo, uma vez que para alcançar as finalidades as quais está designada significa se impor e colocar esses ensinamentos em relação com os resultados concretos que eles produzem. Para ele, trata-se de fazer aflorar a estrutura interna da disciplina, a sua configuração original, da qual as finalidades deram origem. “Mesmo se as analogias possam se manifestar de uma para a outra, mas cada disciplina dispendo, sobre esse plano, de uma autonomia completa” (p. 189).

*Instruir cientificamente e educar moralmente*⁷ eram os objetivos comuns dos compêndios em circulação desse período, sendo que muitos circulavam mediante decreto, estatuto e regulamento das instituições de ensino baseado no Estatuto reformado de 1772 da Universidade de Coimbra⁸. Frente a isso e conforme Choppin (2009), os respectivos

⁷ Cf. Santos (2013)

⁸ Segundo Carvalho (2007) a Universidade de Coimbra foi fundada em 1290 em Lisboa e, transferida em 1308 para Coimbra. Esteve por dois séculos sob o controle jesuítico, durante os quais a Universidade esteve isolada da influência do progresso intelectual e científico europeu. Situação que veio a modificar-se em 1759 com a expulsão dos Jesuítas de Portugal e das suas colônias. Em 1770, com a publicação do Compêndio Histórico, buscavam-se reparar os estragos deixados nas ciências, professores e, diretores da Universidade de Coimbra. Finalmente em 1772 ocorre a reforma da Universidade, com a publicação dos seus novos Estatutos.

compêndios ou manuais eram também agentes transformadores da sociedade e ainda se constituíam como importante instrumento de construção de identidade. Consequentemente, também atuava com significativa relevância no papel político, pois os referidos manuais eram progressivamente objetos planetários que, segundo Choppin (2009, p. 25), “se impôs no mundo, pelo viés da evangelização e da colonização, adotado pela maior parte dos países de sistemas educativos e de métodos de ensino inspirados no modelo ocidental”.

André Chervel esclarece-nos que uma disciplina é igualmente uma maneira de disciplinar o espírito, um modo a oferecer métodos e regras que abordam diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte. A partir dessa compreensão, o termo “disciplina” e a expressão “disciplina escolar” não designam, “até o fim do século XIX, mais do que a vigilância dos estabelecimentos, a repressão das condutas prejudiciais à sua boa ordem e aquela parte da educação dos alunos que contribui para isso” (1990, p. 178).

O processamento dessa questão se dá por meio de como o termo “disciplina” é empreendido na instituição em razão de a escola ser um espaço de particularidades, ainda que habitado por distintos agentes. No âmbito interno ou externo, a escola constitui-se como um espaço produtor de saber próprio e desempenha um papel eminentemente ativo e criativo, o que “somente a história das disciplinas escolares está apta a evidenciar” (CHERVEL, 1990, p. 200).

A função real da escola na sociedade é então dupla. A instrução das crianças, que foi sempre considerada como seu objetivo único, não é mais do que um dos aspectos de sua atividade. O outro, é a criação das disciplinas escolares, vasto conjunto cultural amplamente original que ela secretou ao longo de décadas ou séculos e que funciona como uma mediação posta a serviço da juventude escolar em sua lenta progressão em direção à cultura da sociedade global. No seu esforço secular de aculturação das jovens gerações, a sociedade entrega-lhes uma linguagem de acesso cuja funcionalidade é, em seu princípio, puramente transitória. Mas essa linguagem adquire imediatamente sua autonomia, tornando-se um objeto cultural em si e, apesar de um certo descrédito que se deve ao fato de sua origem escolar, ela consegue contudo se infiltrar subrepticiamente na cultura da sociedade global. (CHERVEL, 1990, p. 200).

De acordo com o autor, essa via dupla na qual a escola está associada, configura-se a partir do propósito escolar de formar e instruir indivíduos, remodelando a cultura particular destes sujeitos. Uma vez alcançado este objetivo, a sociedade em geral foi adentrada, moldada e, principalmente, modificada culturalmente. É neste contexto que o manual de ensino desponta como um agente significativo na construção desse processo.

A relação entre aluno e disciplina, proposta pelo manual, exige remeter-nos as finalidades do ensino que se processaram ora como objetivos religiosos, ora como propósitos

sociopolíticos. Esses, pensados a partir do meio social, vão conduzir os planos estabelecidos ao campo instrucional e educacional, tendo em vista que a história dos conteúdos torna-se o componente central dessa discussão a partir do momento que se caracterizou como o pivô da constituição da disciplina. Além de, segundo Chervel, possuir um papel mais amplo quando,

Ela se impõe colocar esses ensinamentos em relação com as finalidades às quais eles estão designados e com os resultados concretos que eles produzem. Trata-se então para ela de fazer aparecer à estrutura interna da disciplina, a configuração original à qual as finalidades deram origem, cada disciplina dispondo, sobre esse plano, de uma autonomia completa, mesmo se analogias possam se manifestar de uma para a outra. (1990, p. 187).

Essas finalidades vão surgindo de acordo com os componentes da dita disciplina. No caso do compêndio analisado, as formas de exposição de ensino, os exercícios e a motivação são algumas das maneiras por onde se processou a busca em promover aos jovens alunos fins sociais, religiosos e culturais.

Sob o que corresponde ou propõe os compêndios escolares na nossa visão atual de manuais, assim como assegura Choppin (2009), ainda que utilizados e regulados seguindo um padrão voltado para a organização do ensino, bem como da estruturação do conhecimento, esses devem ser tratados de maneira indiferente a noção de resumos. Uma vez que, a prática de resumir ou apresentar os primeiros conceitos de uma determinada matriz de ciência eram mais comuns nos livros de vulgarização do conhecimento. A noção de compêndio aqui pretendida, sob a ótica do compêndio de filosofia analisado, parte do princípio de que existe organização e conteúdo científico no seu desenvolvimento, haja vista que para as lições de filosofia dentro do espaço escolar se efetuarem – como para as demais disciplinas – era necessário o uso do manual particular de ensino.

Acerca dessa definição de análise, ainda sob o julgo de Choppin, os manuais escolares, além de base para organização do ensino, seriam também um modo de determinação e estruturação

[...] dos saberes, um determinado estado de desenvolvimento técnico e comercial e, mais extensamente, um tipo definido de cultura, no sentido do conjunto de valores fundadores: respeito ao saber, especialmente sob sua forma impressa, fiel à forma escolar de educação, concepção da especificidade das idades da vida, etc. (2009, p. 33).

Em síntese, no campo da cultura escrita no Brasil, bem como da cultura escolar, são os manuais escolares importantes objetos de pesquisa. Conforme análise do mesmo autor, os

compêndios, ao serem incluídos nessa categoria, mesmo com o advento das ditas obras de vulgarização do conhecimento, inspiradas nos tratados científicos, seriam tomados como “protomanuais”, pois estes ainda continuariam a atender ao público escolar com estruturas de conteúdos definidas para as disciplinas e, sobretudo, com a dinâmica de posse de um livro por aluno.

Considerações finais

Como todo objeto de pesquisa, os compêndios não são simplesmente dados. Mais que isto, eles constituem-se, principalmente, como resultados de uma construção intelectual processada em determinado período. As questões acerca do compêndio Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral que buscamos refletir neste trabalho formam, em síntese, a soma de saberes que tiveram seu espaço e tempo dentro do ambiente escolar. Isso significa estar ciente que foram utilizados nas instituições de ensino segundo um programa institucional onde fora pré-estabelecido um tempo para sua utilização.

Simultânea a instrução, as diversas formas de usos dos compêndios escolares pelas instituições de ensino secundário atendiam seu principal papel, o qual era o de propalar ações civilizatórias moralizadoras. Nesse seguimento, cabe aqui destacar os compêndios de ensino como mecanismos fundamentais no processo da instrução do século XIX na difusão dos conteúdos e métodos propícios a essa área.

Examinar o compêndio aproximando-se da sua organização e conteúdo científico exposto nos fez perceber – ou pelo menos ter –, a noção da existência de valores e doutrinas. Estes tinham por mérito fazer cumprir o espírito que permeava determinada época. Logo, os manuais de ensino foram objetos culturais, símbolos desse aparelho regulador da instrução que buscou fazer à cultura escolar semelhança com a cultura processada nos arredores da escola uma conjuntura para assentar a tendência moralizadora que buscava o espírito do período.

Entendemos que o compêndio, desde a sua elaboração, buscou atender as exigências da cultura da época. A evidência desses aspectos surge com a preocupação dos autores em atenderem as normas curriculares preestabelecidas nos estatutos das universidades, liceus e ginásios dos oitocentos. Além disso, essa mesma evidência encontra-se no potencial filosófico do autor, José Soriano de Souza. Este, por sua vez, se colocou, enquanto professor de ensino secundário, no dever de elaborar o vasto conteúdo de ciências filosóficas que pudesse atender aos anseios da educação pública de seu tempo.

REFERÊNCIAS

Fontes

SOUZA, J. S. **Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral**. Pernambuco: Livraria Acadêmica de João Walfredo de Medeiros, 1871.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **Estatutos da Universidade de Coimbra** / compilados sob a inspecção d'el-Rey D. José I pela junta da Providencia Litteraria. Lei de 28 de agosto deste. – Lisboa: Na Regia Offina Typografica, 1772. Volumes da obra (cópia em JPEG). Disponível em: https://bdigital.sib.uc.pt/bg1/UCBG-R-44-3_3/UCBG-R44-3_3_item1/index.html. Acesso: 15 de abr. de 2015.

Estudos

BITTENCOURT, C. M. F. **Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910)**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, p. 475-491, set./dez. 2004.

BITTENCOURT, C. M. F. **Livro didático e conhecimento histórico (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CAMPOS, F. A. **Tomismo no Brasil**. São Paulo: Paulus, 1998.

CARVALHO, J. M. de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Teatro das sombras: a política imperial. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CHERVEL, A. **História das Disciplinas Escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa**. Teoria e Educação, Porto Alegre, v.2, 1990. p. 177-229.

CHOPPIN, A. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. Tradução de Maria Helena C. Bastos. **Revista História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 27 p. 9-75, jan./abr. 2009.

Haidar, M. de L. M. **O ensino secundário no império brasileiro**. 2. ed. São Paulo, SP: Edusp, 2008.

LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. Tomos I e II.

MARTINS, A. M. S. Considerações históricas sobre o ensino de filosofia no Brasil do período colonial até o século XX. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.49, p. 309-321, 2013.

MARTINS, P. C. de M. Teoria da História e Neotomismo no paradigma educacional brasileiro do século XIX. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 25., 2009, Fortaleza. Anais Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM.

SANTOS, A. **“Raciocinar com rectidão”: as lições do compêndio Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral de José Soriano Souza (1871)**. 2016. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2016.

SANTOS, M. E. **“Para instruir o espírito e melhorar o coração”: compêndios escolares de filosofia racional e moral em Sergipe no século XIX. 2013.** 196 f. (Dissertação de Mestrado). Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2013.

SCHUELER, A. F. M.; TEIXEIRA, G. B. Civilizar a infância: moral em lições no livro escolar de Guilhermina de Azambuja Neves (Corte imperial, 1883). **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 17, n. 35, p. 563-577, set./dez. 2008.